



# Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 25.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1984

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 146/84-DP, do Senhor JOSÉ MARIA DE AZEVEDO — Diretor-Presidente do Paraná Radiodifusão S.A. — RADIPAR, comunicando que a Diretoria Técnica daquela Empresa, está promovendo estudos e levantamentos de custos para implantação de retransmissoras para o atendimento dos Distritos de Diamante e Campo Bonito, do Município de Guaraniaçu, deste Estado. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 11/84-P/MC, do Senhor Ministro CORDEIRO GUERRA — Presidente do Supremo Tribunal Federal, que nos termos do art. 175 do Regimento Interno, julgaram a Representação n.º 1.096-1, do Estado do Paraná, e proferiram a seguinte decisão: “Julgou-se procedente a Representação, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3.<sup>o</sup>, da Lei n.º 7.317, de 28.05.80, do Estado do Paraná. Vencidos, em parte, o Ministro Néri da Silveira, e “in totum”, o Ministro Oscar Corrêa. Votou o Presidente. Não tomou parte no julgamento, o Ministro Alfredo Buzaid”.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 135/84, da Senhora MARLISE DA CRUZ FERREIRA DE OLIVEIRA — Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, encaminhando cópia do

Requerimento n.º 155/84, de autoria do ilustre Vereador Álvaro Palma, o qual registra naquela Casa de Leis, como “PERSONA NON GRATA” de todos os políticos do PDS eleitos diretamente pelo povo que estão sendo contrários à Emenda Constitucional Dante de Oliveira. — Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Do Senhor JACSON BARRETO — Deputado Federal, agradecendo o envio de publicação de atos e procedimentos administrativos. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 61/84, que regulamenta a Emenda Constitucional n.º 21.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n.º 01/84, constante da Ordem do Dia, de hoje.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso à ESCOLA DE PAIS DO BRASIL — SECÇÃO DE CURITIBA, pela realização do XVI Seminário da Escola de Pais do Brasil, realizado em 13 a 15 de abril próximo passado, nesta Capital, no qual foi analisado o tema “Valores, que Valores?”

Com a presença de ilustres e conceituados conferencistas, o evento se constituiu em instrumentação de valor inigualável para o conhecimento de todos nós e de cada um, no que se refere à estruturação da família e à educação da juventude.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma à Escola de Pais do Brasil — Secção de Curitiba — na pessoa de seu Presidente Dr. Felipe Vítola Júnior e da Escola de Pais do Brasil, na pessoa da Presidente Senhora Alzira Lopes.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

## REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Pedido de Informações quanto ao Quadro Funcional, bem como a cota de remédios para o ano de 1984, na região de Campo Mourão.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de informações quanto ao quadro funcional, bem como a cota de remédios para o ano de 1984, na região de Campo Mourão, que seguem abaixo:

- 1.º) - Quais os funcionários demitidos a partir do dia 15/03/1983, até a presente data;
- 2.º) - Quais são os funcionários admitidos assim como seus cargos e respectivas remunerações salariais, do dia 15/03/83, até a presente data;
- 3.º) - Qual a cota de remédios para o ano de 1984 do 11.º Distrito Sanitário, inclusive dos municípios que compõem tal organismo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO DEPUTADO HÉLIO DUQUE, VÍTIMA DE VIL AGRESSÃO, POR PARTE DOS EXECUTORES DAS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA, QUANDO EM DEFESA DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E NO EXERCÍCIO DE SEU MANDATO PARLAMENTAR.

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, componentes da Bancada Estadual do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, VÊM, publicamente solidarizar-se com o Deputado Federal HÉLIO DUQUE, vítima de agressão desfechada pela mão impune e autoritária das medidas de emergência que constroem o Congresso Nacional, em clara violação aos princípios democráticos de independência e harmonia dos Poderes constituídos.

Que deste requerimento tomem conhecimento todos os Senhores Parlamentares do Congresso Nacional, bem como a Presidência da República e seus Ministros, além do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

- (aa) FUAD NACLI, NELSON VASCONCELLOS, ADHAIL SPRENGER PASSOS, ROBERTO REQUIÃO, NILSO SQUAREZI, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, HERMAS BRANDÃO, TADEU LÚCIO MACHADO, IRONDI PUGLIESI, MÁRCIO ALMEIDA, FIORI LUIZ, ACIR MEZZADRI, RUBENS BUENO, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, SABINO CAMPOS, NESTOR BAPTISTA, ORLANDO PESSUTI, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, JORGE MAIA FILHO, IVAN GUBERT, TUGUIO SETOGUTTE, ANTÔNIO BELINATI, FRANCISCO ESCORSIN, BASÍLIO ZANUSSO e uma assinatura ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao se tomar conhecimento da vil agressão sofrida - pelo nosso companheiro Hélio Duque, por parte dos

executores das medidas de emergência em nossa Capital Federal, nossa palavra não poderia morrer na garganta.

Mesmo com o cutelo afiado rondando as cabeças de toda a população brasileira, nós, Parlamentares Estaduais, não poderíamos nos abster de promover uma solidariedade ao nosso companheiro, tão covardemente agredido.

Tomamos esta agressão como mais um arbítrio assacado contra as prerrogativas parlamentares, já tão combatida por medidas casuísticas e castradoras.

Já havíamos nos posicionado quanto à necessidade de se apoiar o Mandado de Segurança impetrado pelo renomado jurista Sobral Pinto, quanto às medidas de emergência impostas ao Congresso Nacional, através de telex encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, já na antevisão de atitudes como estas que redundaram em tão covarde agressão ao Parlamento Paranaense.

Nesta altura dos acontecimentos, já não precisamos invocar a inconstitucionalidade patente do Decreto Federal n.º 89.566, que regulamenta as atividades da famigerada medida de emergência. Temos agora, viva e contundente a agressão física, como se não bastassem as agressões jurídicas aos direitos e prerrogativas do Congresso Nacional.

Pune-se ou tenta-se punir a palavra livre de quem detém um mandato popular.

Acoberta-se e protege-se a mão do algoz que fere o físico e avilta a instituição.

Hélio Duque encontrava-se em sua Casa Parlamentar e constatou que até lá sua liberdade de ir e vir, estava sendo tungada por corpos estranhos.

Esta agressão não só atingiu ao nosso nobre e fraterno companheiro, Deputado Hélio Duque, como manchou toda a classe Parlamentar brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam realizadas avaliações devidas, visando analisar a possibilidade de se efetuar a doação de dois holofotes para a cancha do Colégio Machado de Assis, localizado na Municipalidade de Sertãoópolis.

O pedido ora enunciado, é feito em razão de que aquela instituição educacional atravessa uma fase de profunda ausência de recursos de ordem financeira, mesmo ante ao enorme esforço verificado por aquela direção escolar à eliminação de vários outros problemas.

É de se esperar que essa Pasta, juntamente com a EMOPAR, por certo tratarão de tal reivindicação visando encontrar meios de assegurar o apoio necessário ao Colégio Machado de Assis, em Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação

oficial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que, através da realização de estudos devidos, sejam revistas as normas que determinam a distribuição de materiais para as escolas pertencentes à rede estadual de ensino, existente na Municipalidade de Campo Mourão.

Mereceu grande repercussão, no âmbito do ensino no Estado do Paraná, a proposta do Governo, através da Secretaria de Estado da Educação, de não privar nenhuma criança, em idade escolar, do direito de estudar, a começar pela primeira série do primeiro grau.

Esta realidade, no entanto, traz à tona a real necessidade de assegurar-se a adoção de medidas condizentes com este novo processo educacional, como o reequipamento das unidades escolares (que hoje apresentam sérias deficiências funcionais), como forma de alcançar a pretendida elevação das condições de ensino.

No que diz respeito, especificamente, a Campo Mourão, o que se vê, atualmente, é a insuficiência de materiais nas escolas que apresentam um número maior de alunos do que em relação ao último ano letivo.

Tais constatações foram realizadas pela Senhora CIDÁLIA GUIMARÃES DE ARAÚJO, responsável pelo CETA – Centro de Triagem de Assistência Social, baseadas nos diversos reclamos que a comunidade educacional vem fazendo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado do Interior, para que este solicite, junto à SANEPAR, a ampliação na extensão da rede de água e energia elétrica, para a sede do Distrito de Nordestina, no Município de Amaporã.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de que seja complementada a obra do Hospital, no Município de Amaporã.

Esta obra já se encontra iniciada, tendo, porém, que ser interrompida por falta de recursos.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de solicitar a liberação de armas pesadas e rádio amador, para a Delegacia de Polícia do Município de Amaporã.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de solicitar a construção de uma mini-Delegacia de Polícia para o Município de Amaporã.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Senhora Superintendente Regional do INAMPS, Doutora Ana Luíza Schneider Gondin, no sentido de solicitar a liberação de remédios para o Posto de Saúde do Município de Amaporã, bem como solicitar uma reforma no Posto de Saúde daquele município, devido às condições em que o mesmo se encontra.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de solicitar a liberação de remédios, para o Posto de Saúde do Município de Amaporã, bem como solicitar uma reforma no Posto de Saúde daquele município, devido às condições em que o mesmo se encontra.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, no sentido de que sejam enviadas carteiras para as unidades existentes na localidade de Água Fria, pertencente à Municipalidade de Iretama.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO BATISTA, nobre Vereador da Câmara Municipal de Iretama, este ressalta a real necessidade de receber dessa Secretaria de Estado da Educação, apoio sobre este aspecto, pois, atualmente existe uma defasagem do número de estudantes em relação às carteiras disponíveis, sendo que para tanto, são necessárias no mínimo cento e vinte carteiras.

O pedido é feito em face das dificuldades por que passa a Administração Municipal de Iretama, impossibilitada de assegurar a compra das referidas carteiras (apesar de que é sabido os grandiosos esforços daquele Executivo, quanto às melhorias das condições estruturais dos estabelecimentos educacionais tanto a nível municipal como a nível estadual existentes).

É de capital importância, em razão das argumentações discurridas que se dê o devido encaminhamento de medidas ora pretendidas.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica denominado “JARDIM 25 DE ABRIL”, o Jardim Suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º — Sessão Solene e Especial será realizada, todos os anos, pela Assembléia Legislativa para comemoração desta data histórica.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

Apoiamento: TADEU LUCIO MACHADO, NELSON VASCONCELLOS, RUBENS BUENO, ANIBAL KHURY, MÁRCIO ALMEIDA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, HOMERO OGUIDO, ORLANDO PESSUTI e ADHAIL SPRENGER PASSOS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — A utilização de veículos oficiais do Poder Legislativo reger-se-á pelas disposições desta resolução.

Art. 2º — Para os efeitos desta resolução, são considerados veículos oficiais do Poder Legislativo, os automotores de propriedade da Assembléia Legislativa, utilizados para a prestação de serviços.

Art. 3º — A classificação dos veículos oficiais do Poder Legislativo, fica assim determinada:

I — Categoria A — de representação

II — Categoria B — de serviço.

Art. 4º — Os veículos oficiais pertencentes ao Poder Legislativo, somente serão conduzidos por servidor pertencente aos Quadros de Pessoal da Assembléia Legislativa e proibida a sua destinação diversa da do serviço público.

Art. 5º — A fiscalização do uso de veículos oficiais deste Poder Legislativo será executada pelo Serviço de Segurança, sob a supervisão da Diretoria Geral.

§ 1º — Somente poderão conduzir os veículos oficiais da Assembléia Legislativa do Estado, os funcionários regularmente habilitados e autorizados para tal finalidade.

§ 2º Os servidores de que trata este artigo, responderão por qualquer infração prevista no Código Nacional de Trânsito, bem como pelos danos ocasionados por acidentes, desde que comprovada sua culpabilidade.

§ 3º — O servidor que fizer uso de veículo oficial fica responsável pela sua utilização durante o tempo em que estiver em serviço, para os efeitos do parágrafo precedente.

Art. 6º — Os veículos oficiais serão utilizados exclusivamente nos dias úteis, dentro da faixa de expediente de trabalho, de acordo com o disposto no Art. 1º, do Decreto nº 780, de 18/05/83, e sem sair da área metropolitana de Curitiba.

Parágrafo único. Ficam excluídos desta determinação os veículos destinados à representação, quando devidamente autorizados pela Comissão Executiva.

Art. 7º — O servidor que infringir o disposto da presente resolução, sofrerá as penalidades estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, ou do regime jurídico a que estiver sujeito.

Art. 8º — Através de Decreto Legislativo, a ser baixado pela Comissão Executiva, trinta (30) dias após a publicação desta resolução, serão especificados os veículos pertencentes às categorias A e B, de que trata o art. 3º, bem como a utilização para as finalidades a que se destinam, e demais normas reguladoras e de fiscalização.

Art. 9º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Através da presente resolução, visamos estabelecer uma norma de utilização dos veículos do Poder Legislativo, a exemplo das demais existentes em outros Poderes do Estado.

Além deste aspecto, adequa-se ao princípio de parcimônia no uso da coisa pública, conforme o direcionamento do Governo do Estado, dentro dos órgãos públicos estaduais; o respeito às estruturas que o Estado possui para melhor atender os particulares no cumprimento dos serviços, é uma das principais diretrizes que deve também ser adotado neste Poder Legislativo.

A regulação e fiscalização sobre os veículos do Poder Legislativo, impõe-se e servirá como um exemplo, que como outros, vêm sendo adotados neste Poder.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está finda a leitura do Expediente.

Mo Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, inscrito.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para fazer encaminhamento à Mesa, de um requerimento subscrito pela Bancada do PMDB, cujo teor é o seguinte. (Lê):

“Os Deputados que o presente subscrevem, componentes da Bancada Estadual do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, VÊM publicamente solidarizar-se com o Deputado Federal Hélio Duque, vítima de agressão desfechada pela mão impune e autoritária das medidas de emergência que constroem o Congresso Nacional, em clara violação aos princípios democráticos de independência e harmonia dos Poderes constituídos.

Que deste requerimento tomem conhecimento todos os Srs. Parlamentares do Congresso Nacional, bem como a Presidência da República e seus Ministros, além do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICATIVA:

Ao se tomar conhecimento da vil agressão sofrida pelo nosso companheiro, Deputado Hélio Duque, por parte dos executores das medidas de emergência em nossa Capital Federal, nossa palavra não poderia morrer na garganta.

Mesmo com o cutelo afiado rondando as cabeças de toda a população brasileira, nós, Parlamentares Estaduais, não poderíamos nos abster de promover uma solidariedade ao nosso companheiro, tão covardemente agredido.

Tomamos esta agressão como mais um arbítrio, assacado contra as prerrogativas parlamentares, já tão combatidas por medidas casuísticas e castradoras.

Havíamos já, nos posicionado quanto à necessidade de se apoiar o Mandado de Segurança impetrado pelo renomado jurista Sobral Pinto, quanto às medidas de emergência impostas ao Congresso Nacional, através de telex encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, já na antevisão de atitudes como estas que redundaram em tão covarde agressão ao Parlamentar Paranaense.

Nesta altura dos acontecimentos já não precisamos invocar a inconstitucionalidade; patente do Decreto Federal nº 89.566, que regulamenta as atividades da famigerada medida de emergência. Temos agora, viva e contundente a agressão física, como se não bastassem as agressões jurídicas aos direitos e prerrogativas do Congresso Nacional.

Pune-se ou tenta-se punir a palavra livre de quem detém um mandato popular.

Acoberta-se e protege-se a mão do algóz que fere o físico e avilta a instituição.

Hélio Duque encontrava-se em sua Casa Parlamentar e constatou que até lá sua liberdade de ir e vir, estava sendo turgada por corpos estranhos.

Esta agressão não só atingiu ao nosso nobre e fraterno companheiro, Deputado Hélio Duque, como manchou toda a classe parlamentar brasileira. ”

Era este, Sr. Presidente, o requerimento que passaremos à Mesa para que seja apreciado pelo Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Dirceu Manfrinato, segundo orador inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, dia 25 de abril de 1984, quando pairam, neste País, nuvens negras na esperança da população brasileira, o momento decisivo a esta Nação e que neste instante, como Parlamentares que somos, representando o Estado do Paraná, vimos nesta oportunidade, parabenizar tantos paranaenses do meu Estado pela sua conduta brilhante, em busca do direito de liberdade.

Nada é impossível para que neste momento em que vivemos, hoje, neste País, uma transformação democrática tão pregada através deste Governo, que só comete injustiças e arbitrariedades ao povo do nosso País.

Nós não poderíamos, Sr. Presidente, : Srs. Deputados, concordar de forma alguma com relação à medida de emergência decretada em Goiás e na Capital Federal, razão esta que estão coibindo, tirando os direitos de liberdade para que os vereadores do País, para que os Prefeitos do País tenham acesso à Capital Federal, para reconhecer, na realidade, os seus representantes federais, para acompanhar de perto a votação de um Deputado que representa os seus Estados e os seus municípios. Este .. de medidas de emergência , no nosso entender, é um ato arbitrário, dizendo, se propagando a democracia neste País. Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o País vem em busca de uma liberdade e que se proíbe os Parlamentares estaduais, os Vereadores, so Prefeitos que são barrados na Capital Federal como se fosse marginais.

Onde está a democracia tão pregada pelo Governo do PDS, neste País? Ao contrário, aqui depois de 1964, – que hoje compararam este País no mesmo aspecto de 64 e que não é verdade. Houve a “Revolução” de 1964, mas na verdade, não comprovaram à Nação Brasileira os verdadeiros corruptos, porque não existiam. E hoje, temos visto em outros países, os corruptos presos,

condenados. Mas aqui também, os corruptos do País vão para a cadeia, mas eles vão para a cadeia de rádio e televisão a enganar e a querer justificar a corrupção neste País. ao povo brasileiro É esta cadeia que recebe neste País, os corruptos que hoje estão a explorar a trazer a fome, a miséria e a injustiça neste País.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, aqui fica registrado nos Anais deste Poder Legislativo, a nossa defesa do povo paranaense aos municípios em que representamos na Assembléia Legislativa, o nosso grito de independência exigindo que haja as eleições diretas já, neste País, que será a única forma e solução para acabar com a corrupção e a injustiça decretada neste País, após 1964

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Edmar Luiz Costa. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Vinte e cinco de abril, com toda a certeza, com toda a segurança, passará para a história da Nação brasileira Digo isto com toda a segurança e com toda a certeza, porque neste dia, em que pese as muitas tentativas que estão a ser impostas e serem executadas em cima do Parlamento brasileiro, temos certeza, de que disso pelo menos, tiraremos uma grande lição de que o Parlamento mesmo pressionado como está, haverá de, num ato de grandeza e de bravura, demonstrar a sua independência e votar a favor da Emenda Dante de Oliveira, devolvendo a nós, brasileiros, o direito de elegermos o nosso mandatário maior, que é o Presidente da República. Ouve-se aos quatros cantos deste País, de que a Emenda do digníssimo Parlamentar matogrossense é alguma coisa muito simples. Mas, é de coisas simples que precisamos neste País; de coisas gigantescas, faraônicas. O Brasil já está repleto e não resolveu o seu problema.

Para que complicarmos as coisas se numa simplicidade de uma emenda constitucional estaremos resolvendo, ou pelo menos encaminhando para uma solução definitiva, os grandes problemas porque passam o povo brasileiro, porque passa a Nação brasileira?

Lembro-me, com muita clareza, que nos idos de 1960, quando ainda muito pequeno e garoto já auscultava, já ouvia e sentia, naquela ocasião, a importância que se dava aos movimentos que se faziam em torno da eleição de um Presidente da República. Desde aquele instante, quando começávamos a viver, mesmo que superficialmente, uma vida política partidária, esperávamos e aguardávamos o momento em que tendo o nosso título eleitoral, pudéssemos também, escolher o nosso Presidente da República.

Muitos anos já se passaram desde o dia em que tiramos o nosso título de eleitor. E tínhamos, dentro de nós, efetivamente, um sonho de todo o cidadão que se julga brasileiro, de poder um dia usar aquele instrumento, aquele seu documento para escolher aquele que todos nós queríamos que efetivamente fosse o nosso representante máximo, o nosso condutor maior.

E qual a nossa frustração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitos anos já se passaram e até hoje não foi dado o direito não só a este Parlamentar, mas a muitos paranaenses e brasileiros de fazer este exercício democrático, de escolher o seu mandante maior.

O sonho de criança ainda não morreu. E tenho certeza que não morrerá no dia de hoje, pois, se as pressões que estão sendo feitas ao Congresso Nacional, com as medidas de emergência, com a censura e invasão de jornais neste País forem suficientes para amedrontar uns poucos Parlamentares, fazendo com que eles votem contrário a essa emenda, eu tenho certeza de que todo esse movimento pacífico que se desenvolveu no País, tendo o seu início aqui no Paraná, haverá de frutificar, haverá de sensibilizar ainda mais, para que nas próximas sessões plenárias, lá em Brasília, outras emendas que estão tramitando possam então tirar de dentro desses Parlamentares, hoje indecisos ou contrários, o seu voto favorável e devolver a nós, à juventude brasileira, um direito que ela nunca teve, de escolher o seu Presidente da República.

Esperamos e confiamos no bom senso dos nossos Parlamentares, no âmbito federal. Esperamos e confiamos no bom senso dos nossos comandantes da área militar e do Governo Federal.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa registra, com satisfação, a presença do Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Sr. Pedro Correia.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O dia de hoje, 25 de abril de 1984, merece ser comemorado no futuro, como data magna da Nação brasileira, porque após vinte anos de espoliação revolucionária, sentada no arbítrio militar que a despeito do desenvolvimento sustenta o anti-patriotismo beneficiários da assombrosa dívida externa brasileira como acionistas ou participantes do sistema financeiro internacional que nos massacra, eis que o povo brasileiro, elevando aos píncaros da boa conduta a nossa tradição de fraternidade nacional, levantou-se unido, decidido e aberto à reconciliação política, social e ideológica do País, pelo perdão recíproco do voto livre, direto e soberano, que dê como resultado do acordo fraterno de vontades, um Presidente da República legítimo e com autoridade mandatária, para dar continuidade ao que porventura se tenha programado certo e corrigir com justiça, baseado na insenção, no respeito aos interesses do povo brasileiro e no princípio constitucional da soberania popular, o que está sendo feito errado.

O povo brasileiro assim o propõe, defendendo a soberania nacional, que com sangue nos legaram os nossos ancestrais, defendendo as nossas crianças que estão morrendo de fome, na base de mil por dia. Defendendo a Pátria, que está ocupada pelos cartéis multinacionais, em favor dos quais o FMI recebeu, em penhora, pelo Decreto nº 2065, por ele imposto, os nossos trabalhadores. Defendendo enfim, o direito dos nossos filhos também serem brasileiros e, como tais, serem respeitados no concerto das Nações. Porque a eles tomamos esta Pátria emprestada, sem o direito de aliená-la a uma conjuntura imperialista que a humanidade inteira condena e deplora.

Por estes interesses, é com desassombro que se vê e a boa vontade que impera no seio de todos. Lá está, no Congresso Nacional, um punhado de brasileiros dos mais augustos, cercados por forças militares, que ostentam em desfiles prévios e intimidatórios pelas ruas de Brasília, o poder de morte e de cárceres, que é negado à defesa de nossa soberania, mas é deflagrado contra o povo brasileiro, quando apenas clama por seus

inalienáveis direitos e propõe a reconciliação nacional pelo voto, cujo punhado de brasileiros ilumina a História, com a coragem, com que, já praticamente encarcerados, dentro do único Poder que ainda resta livre nesta República, estão neste momento votando a Emenda Constitucional do grande matogrossense, Deputado Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas para Presidente da República. E, com tal ato, o povo brasileiro dá o seu primeiro passo pela restauração da ordem jurídica da República. E, por extensão, também proclama pela segunda vez a Independência do País que, pelas eleições diretas, haverá de promover a Assembléia Nacional Constituinte, para consolidar, numa Constituição moderna, o processo evolutivo deste País, tendo o direito à sabedoria política e à tradição de fraternidade da Nação brasileira, como inspirações e sustentáculos.

Rendemos, pois, em pé, a nossa homenagem à Nação brasileira e o nosso permanente reconhecimento e a nossa sempre renovada confiança aos Parlamentares de peito e de coragem, que hoje, embora cercados pelas tropas militares, votarão na Emenda Dante de Oliveira e restaurarão este País à plena Democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Irondi Pugliesi, inscrita.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O povo paranaense deu ontem mais uma imensa demonstração do seu sentimento democrático e patriótico. Foi às ruas da Capital, unindo-se a dezenas de manifestações em todo o País, exigindo o restabelecimento das eleições DIRETAS, JÁ, para a Presidência da República.

Mais uma vez, as mulheres, presentes nesta caminhada democrática, mostraram também sua força. Com filhos nos braços, agitando bandeiras e estandartes, gritaram junto aos seus companheiros, conhecidos e desconhecidos: "DIRETAS, JÁ!"

Sua presença nas ruas da nossa Capital, demonstrou antes de tudo, um avanço na luta do povo brasileiro. Mas, também serviu para comprovar a tese de que, a emancipação feminina se dá no bojo da luta popular mais ampla. Mas, ao mesmo tempo, pode-se compreender também que não há libertação de um povo sem a participação de todos os setores que o compõem. Entre eles, as mulheres.

Como representante das massas femininas paranaenses no Parlamento, não poderia, neste momento em que a Nação luta para por fim a um triste ciclo histórico anti-nacional e anti-democrático, relatar a participação das mulheres na campanha que toma conta do Brasil. Mais uma vez, com filhos nos braços, enfrentando dia e noite no interior de ônibus, seis mil mulheres, vindas de todo o País, foram cumprir seu dever como cidadãs. Isto aconteceu há uma semana, dia 17 de abril, em Brasília.

Atrizes, cantores, mulheres do movimento popular, sindical, Parlamentares, representantes de partidos políticos, percorreram os gabinetes do Congresso Nacional, na tentativa de convencer os Parlamentares indecisos pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Uma tarefa nada fácil, tendo em conta que as mulheres ainda são tratadas, em nosso País, como incapazes, concepção que se refletiu no desrespeito com que foram tratadas por alguns Parlamentares adeptos da tese das indiretas e defensores do Colégio Eleitoral.

Mas, mesmo sabendo que as discriminações históricas e culturais pesam contra sua luta, empenharam-se na



busca dos seus objetivos. De fora do Congresso, 4 mil e 500 mulheres realizaram uma manifestação pública colocando em prontidão todos os efetivos policiais-militares. Segundo o Jornal de Brasília, tais medidas, como a retenção de ônibus, deslocamentos de agentes e viaturas do Grupo de Operações Especiais, camburões e carros do Detran, todos sob a supervisão direta da Polícia Civil davam pelo temor da extensão da manifestação das mulheres. Segundo ainda o jornal, “uma demonstração do que poderia ser o dia 25”. As fontes militares e policiais, assim como do próprio PDS, afirmavam a todo o momento que as mulheres representavam um perigo à segurança nacional.

E, a exemplo da votação do Decreto n.º 2045, quando medidas de emergência foram adotadas sobre Brasília, a pretexto de reprimir a presença das mulheres comandadas pelas esquerdas, estas mesmas fontes já tratavam de justificar as medidas que seriam tomadas horas depois, lançando Brasília ao total isolamento do resto do País.

Mas, as mulheres não se calaram e se mantiveram em atitude de combatividade e de luta. Dentro do Congresso, cerca de 1.200 mulheres permaneceram nas galerias, mesmo caladas, mas com gestos manifestando sua aprovação e seu repúdio aos discursos proferidos pelos Parlamentares.

Uma postura bastante diversa daquelas marchadeiras de 64, que acreditaram “na ação salvadora” dos militares, e apoiaram o golpe de 64.

As mulheres brasileiras, que em Brasília marcaram sua posição pelas DIRETAS JÁ, como um desejo de toda a Nação que quer fim à fome, à miséria, ao desemprego, e à falta de liberdade, estenderam sua luta para todo o Brasil. Organizadas em suas entidades específicas, e participantes ativas de todo o movimento político e social, agitam hoje as bandeiras da democracia.

Não aceitam a negociação em torno da luta popular pelas DIRETAS, JÁ, pois não abrem mão do direito da sociedade brasileira de dirigir o seu destino, soberanamente. Exigem que o reclamo do povo pelas liberdades políticas — que impedem a livre organização de trabalhadores e partidos políticos — sejam ouvidos pelos donos do Poder.

Querem DIRETAS, JÁ, como imperativo para o desenvolvimento econômico, social e político do País, e querem também seus direitos conquistados nesta batalha democrática e justa”.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o homem e o Deputado falarão baixinho, porque hoje falará alto, com certeza, o sentimento cívico desta Nação.

O Brasil ressurmbra e transpira sonhos de Democracia; o Brasil hoje, numa corrente elétrica de pensamento positivo, sonha e espera a redemocratização da Pátria brasileira.

Muitos foram os dias negros do obscurantismo; muitas foram as noites de tristeza; muitas foram as lágrimas derramadas por mães, por filhos e por pais, no sofrimento indescritível de uma vivência ditatorial, num País cristão e democrático.

Vinte anos de obscurantismo; 20 anos de tristeza

para uma Nação que era alegre; vinte anos de dores e de lágrimas, para uma Nação que sabia sorrir; vinte anos de cara amarrada, porque até o medo de sorrir o povo tinha, porque se institucionalizava, nesta Nação, abençoada por Deus e sonhada grande pelos poetas, até se institucionalizava o estado da delegação, da covardia, e da mais baixa condição do ser humano que tem a coragem de pegar um seu irmão e torturá-lo covardemente e assassiná-lo indefesamente.

Chegaram à mais baixa condição de seres humanos, ao invadirem os lares de muitas famílias brasileiras, e humilhar chefes de famílias, perante a sua amada esposa e os seus adorados filhos.

Foram, senhores, vinte anos de tristeza; vinte anos de lágrimas, de dores e de pesar. Foram também vinte anos de retrocesso político; de retrocesso institucional; vinte anos de massacre às classes trabalhadoras da Pátria que eu tanto amo!

Hoje, o meu coração, a minha alma e a minha formação, ressumbrem a esperança porque ainda, repito, que esta Pátria produziu e produzirá, os homens necessários para concretizar o sonho glorioso dos poetas, que sonharam e cantaram esta Pátria, como uma Pátria predestinada.

Infelizmente, sob o palanque da prepotência e do arbítrio, homens desprovidos de sensibilidade humana; homens desprovidos de competência administrativa, homens desprovidos até mesmo de uma formação humana mais respeitável, empalmaram o poder na Pátria brasileira, para massacrar os patriotas. Homens desprovidos de qualquer senso de patriotismo, porque venderam a Nação aos estrangeiros; e hoje, a Nação não sabe como sair desta escravidão, a não ser com o reencontro de todos nós, civis e militares, bons e ruins, todos brasileiros, nós todos precisamos nos unir, não para o diálogo covarde, acenado covardemente por um Presidente infastiado do poder. Mas, precisamos fazer este reencontro de todos nós brasileiros cheios de defeitos, cheios de erros e mazelas como todos os seres humanos. Mas, todos nós imbuídos de um desejo insuperável e inigualável de construirmos uma Pátria para o brasileiro.

Não suportamos mais, Senhores, as imposições estrangeiras; não suportamos mais, e este Deputado em especial, não suporta mais um Presidente da República que invade os lares da Nação brasileira prometendo diálogo e, já na sua primeira proposta da emenda à Constituição, quando propõe no preâmbulo da Constituição, da sua emenda, a mudança constitucional do Poder Militar, para o Poder Civil.

Fu tenho que dizer-lhes e registrar: Presidente arranque a máscara de Peirrot, a palhaçada terminou. Basta, Senhores, de aceitar uma colocação de uma emenda que se manda ao Congresso, eleito pelo povo independente e altaneiro do Brasil, propondo no preâmbulo da sua emenda, a mudança do regime militar para um regime civil e, dois dias após, decreta as medidas de emergência para proibir o mais elementar e mezinho direito que é o direito de ir e de vir.

O Presidente da República, pensa ainda que estamos no circo montado por eles. O circo foi desfeito. É preciso que todos nós avisemos o Senhor Presidente da República que a Nação desfez o circo.

Nós queremos trabalhar; nós queremos, unidos, reconduzir esta Nação para o seu caminho, para a sua trajetória predestinada pelo seu trabalho, pelos seus poetas, e, principalmente, pelos homens sérios deste País.

Hoje, bate a força do arbítrio na face independente

de um Deputado eleito democraticamente pelo povo do Paraná.

Senhores, o tapa recebido pelo cidadão, Deputado Hélio Duque, foi a consumação de todos os tabefes que nós todos recebemos durante vinte anos de covardia em cima de uma Nação que só quer trabalhar e construir uma Pátria digna e respeitada.

Senhores, a minha alma de camponês, porque filho sou de um deles; a minha alma de funcionário público, porque a minha mãe é aposentada do Serviço Público, no Estado do Ceará, a minha formação de ter visto, neste País, tanta fome, tanta necessidade, dá-me o respaldo moral para dizer que nós não precisamos de medidas de emergência a não ser para sustentar a fome e o desemprego nesse País !

Os militares do Brasil e da América Latina enterraram esta parte do Continente, jogaram-na no tosso quase irrecuperável da miséria do planeta Terra, da miséria maior deste planeta.

E nós só temos uma maneira de sair, nós só temos um guincho para tirar o Brasil do atoleiro em que se encontra, e esse guincho é a Nação, como um todo, de braços e de mãos estendidas e de coração aberto dizendo para os militares, todos eles, os bons e os ruins - "Vamos todos juntos reconstruir este País, vamos todos juntos, buscar o melhor caminho, vamos todos juntos, atender a uma coisa que é sagrada, minha gente, sem povo não existe Pátria, não existe Nação, existe apenas um território, e esta Pátria brasileira é uma Pátria e uma Nação e não apenas um território !"

Esta Pátria e esta Nação tem um povo que pede, em praça pública, nas ruas e na avenidas, pede nas Igrejas e nos seus lares, nas suas comunidades, a redemocratização deste País através das eleições diretas para Presidente da República, já !

É um pedido até simples demais !

É um pedido até, poderíamos dizer, superior demais!

Mas, são me surpreende a grandeza do povo do Brasil, demonstra em pedir tão pouco, pois, ele está pedindo tudo que ele precisa!

Ele não pede o pão que lhe falta à mesa, ele não pede a matrícula de seu filho que não está podendo frequentar a escola, ele está pedindo o vestido da esposa que ele gostaria de presentear-lá no aniversário dela, ele não está pedindo bens materiais, a Nação está pedindo apenas oportunidade de ser co-partícipe dos destinos de sua Pátria, o povo do Brasil humildemente pede, reivindica simplesmente o direito de participar da vitória ou da derrota da Pátria brasileira!

Ele quer ser conveniente com a Nação, ele quer ser um instrumento das ações dos administradores!

Senhores, esta Nação já sofreu demais. O povo já não tem mais espaço dentro de si para agasalhar a dor, a fome e o desespero que lhe invade a alma !

Senhores, nesses vinte anos de sofrimento, o brasileiro envelheceu quarenta, porque não podia sonhar, porque não vislumbrava logo ali ou mais distante, o vale verde da liberdade; ele não vislumbrava o vale aconchegante de um oásis, onde ele pudesse se dessender, matando a sua vontade de ascensão social, econômica e projeção familiar.

Senhores: não fala o Deputado; fala o homem, mais do que o homem, fala o coração deste Brasil que pede a esta Nação, não importa o resultado da votação Dante de Oliveira; esta Nação despertou de uma vez por todas e, com certeza, não aceitará escrever nas páginas da história do

Congresso Nacional uma página de covardia e de vileza, rejeitando a Emenda Dante de Oliveira. Com certeza, e espero em Deus, porque nele eu creio, o Congresso Nacional haverá de homologar a Emenda Dante de Oliveira restabelecendo as eleições DIRETAS JÁ para Presidente da República, sob pena de nós aumentarmos as páginas da História do Brasil com outros nomes de calabares que traíram o povo do Brasil. Nós não podemos, companheiros, sequer admitir que exista no Congresso Nacional um terço de covardes, porque as medidas de emergência impostas à Brasília pela Presidência - aliás, uma Presidência nefasta para a Nação Brasileira - imposta a Brasília pelo Presidente João Baptista Figueiredo, homem de todos os instantes do regime discricionário imposto ao Brasil, em 1964.

Senhores: se for para admitir a covardia de um terço de Deputados, mais precisamente filiados ao Partido Democrático Social, podemos já convidar a Nação brasileira para começarmos a fazer parte do cortejo fúnebre do enterro do PDS, no Brasil. Nenhum partido sobreviverá sem o apoio popular. E um povo que só pede o seu direito de participar e esse mínimo direito lhe é negado, esse povo, por certo, votará para pedir tudo, para pedir e a "Revolução" de 64, que empanou, ou enteixou nas suas mãos todos os poderes da República e lhe apresentou digo, acrescentou-lu mais um: o poder da força e da corrupção; vai cobrar desses vinte anos e desses homens que mandaram em tudo e desmandaram na Nação; vai cobrar as promessas de respeito a uma Constituição que lhes rasgaram, enxovalharam, humilharam e anarquizaram e a enlamearam jogando a Constituição Brasileira que deveria ser a Lei Maior, a ordem maior que regeria os destinos de todos nós, jogando na sarjeta das ambições mais escusas e dos interesses econômicos mais inconfessáveis.

O povo empobreceu nesses vinte anos, mas os homens do Poder não só se enriqueceram como se locupletaram; a corrupção campeou e desmandou e se tornou governo. Quem manda nesta Nação não são mais homens imbuídos de um propósito, são homens imbuídos de interesses financeiros. Não se pune os ladrões e não se puna nenhum dos homens grandes, e a sociedade como um todo, e a imprensa em uníssono denuncia nas mais vergonhosas falências de empresas que faliram para empobrecer mais o povo, mas os seus dirigentes, continuaram a se banhar nas praias ensolaradas do planeta Terra, com o dinheiro de um povo que passa fome, e necessidade de estudar.

Esta Nação cobrará, não adianta o medo de hoje, de termos no Brasil, um Alfonsin; Esta Nação cobrará, se não hoje, do General João Figueiredo e dos seus apaniguados homens que o apoiam porque se beneficiam. Cobrará dos seus filhos, o desaparecimento de todos os presos políticos, que hoje as famílias não podem visitar a não ser o túmulo.

A História cobrará, não adianta esconder-se por detrás das baionetas de soldados mandados. Soldados também, a passar fome, a ter problemas em casa com a prestação da casa própria.

Não adianta se esconder porque não fazem e não têm a competência de fazer, porque não se espelham nos outros que erraram no passado, e vão à frente para não mandar o soldadinho, vai ele mesmo, mas, eles não vão porque a covardia dominou seus corações.

Esta Nação, graças a Deus, se reencontrou. Esta Nação foi às praças, foi às ruas. Não pede a bancarrota. Não pede o empreguismo, não exige se é o nacionalismo.



Esta Nação, como um todo, inteira e pacificamente, vai as ruas pedir democracia. Restauração do Estado de direito, e face as mentiras, face a insustentabilidade jurídica, da medida emergencial adotada pelo Presidente Figueiredo, esta Nação também, como um todo, estarecida fica, mas fica com a convicção e com a certeza de que os destinos desta Pátria só mudarão, se nós votarmos agora e já, para presidente da República.

O Sr. Deputado Nilso Sguarezi - Concede-me um aparte, nobre Deputado ? (Assentimento).

Senhor Deputado Alencar Furtado, Vossa Excelência tem toda a razão quando protesta pelas medidas de emergência e o estado de sítio em que está cercado o Congresso Nacional.

Joelmir Betting diz que o estado de emergência tem procedência mas não a situação política. De que o estado de emergência teria procedência na ordem econômica do País, porque nossa economia realmente está em queda livre.

Então, Vossa Excelência aborda com muita propriedade, nesta oportunidade, este verdadeiro paradoxo, que é o Presidente Figueiredo dizer que tem a mão estendida e nas barbas do Palácio do Planalto, o seu executor das medidas de segurança, o General Mimi, de chicote em punho que enfrentou, ontem a noite, a população de Brasília, que, pacificamente, fazia um protesto público contra o verdadeiro estado de sítio em que está a Capital Federal.

E devo dizer a Vossa Excelência de que nossa interpretação é correta. Há poucos instantes, o Supremo Tribunal acabou de decidir sobre o mandato de segurança do PMDB, dizendo de que realmente quem tem competência para censurar a imprensa dentro do Congresso Nacional, é só a Mesa do Congresso Nacional e não o Dentel, a Polícia Federal, ou o Executor das Medidas de Segurança.

Tenho em mãos o telex que a Ordem dos Advogados recebeu, e que a Mesa do Congresso Nacional discute de como fazer vingança essa decisão de que reconhece a soberania da Mesa do Câmara, a Mesa da Assembléia Legislativa para decidir ou não de uma possível transmissão ao vivo de uma sessão que aqui realizar-se-á.

Eu congratulo-me com Vossa Excelência por uma posição firme e corajosa que expande da Tribuna. É a posição indiscutível da nossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO OSVALDO ALENCAR FURTADO-

Agradeço ao companheiro, Senhor Deputado Nilso Sguarezi, porque, realmente hoje, se ocupo essa tribuna, mesmo sem condições físicas para falar, é porque uma nação inteira, todo um povo sente o arbítrio, a injustiça que se perpetra contra um povo, há tanto tempo judiado e massacrado.

Hoje é um dia histórico para essa Pátria; porém, espero que mais do que histórico seja um dia de ressurreição de um povo necessitado de esperança; de um povo angustiado por uma perspectiva de um dia melhor, de uma manhã mais clara. Espero que 25 de abril de 1984, seja o dia o mês e o ano da ressurreição; do sorriso do povo do Brasil, esperando participar do seu próprio destino, da sua própria vida.

Não adianta soprar, não adianta mais tentarem com vendavais de ameaças e de torturas e intimidações, amedrontar o povo do Brasil. Não adianta mais. O povo hoje prefere morrer lutando do que morrer de fome. O povo já não aguenta mais, ninguém suporta mais o despotismo,

ninguém aguenta mais conviver com a tirania, ninguém mais aguenta ser subjugado por homens que se dizem saber tudo e provaram que não sabem nada!

Esta Nação, amanhã, dia 26 de abril, será, com certeza, uma outra Nação. Repito: não importa o resultado da votação da Emenda Dante de Oliveira. A Nação, hoje, está de pé, e a bandeira da redemocratização está hasteada, e nós continuaremos a desfaldá-la até a conquista definitiva do pleno Estado de direito, na Pátria brasileira!

Não nos intimidaremos! Já vivemos o suficiente para saber que só a covardia aniquila o homem. A morte até o glorifica.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) – A Mesa concede um minuto para Vossa Excelência concluir.

O SR. ALENCAR FURTADO – Agradeço.

Então, é preciso, Senhores, que fique registrado nos corações e nas almas da Nação, esta posição que é definitiva: em 7 de setembro um português gritou às margens do Ipiranga: “Independência ou Morte”!

Hoje, a Nação como um todo, de pé, nas praças públicas, nas ruas, nas suas comunidades e nos seus lares diz: “Eleições diretas, já, nem que custe a morte”!

Muito obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) – No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, por quinze minutos.

O SR. FIORI LUIZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães, fez um discurso histórico, no Congresso Nacional.

Hoje, dentro do Horário da Liderança do PMDB, nós vamos destacar trechos desse histórico discurso do nosso Presidente.

A partir daqui, palavras do Sr. Ulisses Guimarães: (Lê):

“Pela décima sexta vez, caminhei pelo Brasil entre multidões, mais uma vez vi a pavorosa geografia da fome, do medo e da revolta, das afrontosas desigualdades sociais. As praças e ruas do Brasil se encheram de colossais e sonoras assembléias de protestos e repúdios ao Governo. Vi milhões de homens e mulheres desempregados e subempregados pela insãnea da recessão, reclamando o direito de ajudarem o direito de construir a prosperidade da Nação.

Vi os trabalhadores rejeitando o confisco da lei salarial desumana que os obriga a pagar, com a deterioração dos seus ganhos, os custos de uma pretensa política de combate à inflação.

Vi, também, a força da mulher brasileira, cidadã, trabalhadora e dona de casa, reivindicando igualdade, educação pública, moradia decente, custo de vida suportável.

Vi brasileiros das regiões mais pobres, sobretudo os nordestinos, exigindo o fim do escândalo de hegemonias estaduais, pela regionalização inaceitável e concentradora do desenvolvimento. Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil deles, universitários, clamando por novos empregos e acesso à educação, numa economia roída pelo câncer de cinco milhões de desempregados,

doze milhões de subempregados, quarenta milhões de seres em miséria absoluta.

Vi os artistas, as igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores, deixarem o palco, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras, pelos palanques do povo. Vi minorias determinadas em romper as algemas da discriminação. Negros forçando as portas da igualdade de oportunidade, índios, os donos originais da terra, hoje sem terra, reconhecidos e delirantemente aplaudidos na figura de Juruna. Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil; vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo; vi pela onipotência do voto direto a ressurreição da participação política e das pressões legítimas pelos preteridos injustiçados.

Vi o maior movimento de homens, mulheres, jovens e instituições dos quase 500 anos de nossa existência; vi legiões de democratas armarem suas tendas de luta, não em torno de líderes carismáticos ou legendas partidárias, mas para conquista de Governos que lhes sejam o irmão aliado e não o carrasco.

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a democracia; vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se que não há direito, nem bem-estar, sem cidadania e se conscientizarem de que a má política os destrói e só uma boa política pode salvá-los.

Acauletem-se os detentores do poder. As massas injustiçadas podem decidir - empurradas pelo desespero - ser mais conseqüentes e gloriosas, entre morrer de fome, doença desassistida, assaltando ou assaltado, lutar e até morrer por Governos de que tenham o controle pela origem, pelos benefícios e pela temporariedade. É o povo, não a horda. Brada pela vida, não por vingança. Marcha sem ódio, mas também sem medo, para o convívio do amor e da paz. Desalojado da política pela força, condenado à abstinência da liberdade e da justiça social, o sofrimento ensinou o povo a distinguir a democracia, com a inevitável precariedade de homens que elegem homens para governar homens, corrigível pela periodicidade de mandato, da magia dos demagogos, que prometem transformar fatos em prodígios, ou da jactância providencialista dos golpes armados, que acenam com milagres, que na realidade se tornam calamidades para flagelo do povo. Enfim, o povo sabe que diretas-já, não são solução para tudo, mas que sem elas não há solução para nada.

Um Governo com o povo pode errar e ser pacificamente destituído ou substituído pelas urnas, enquanto um Governo sem povo erra corrompendo, corrompido, pela incompetência, mas é indefinidamente mantido pela força, ainda que com eleições supostamente civis, como o colégio eleitoral.

Formulo agora o apelo da tradição republicana do Brasil aos Senadores e Deputados do PDS para que como representantes legítimos do povo, ouçam a voz e as reivindicações do povo, aprovada de fato pela soberania popular, reunida e exercitada nas milhares de ruas e praças do Brasil.

A Nação me autoriza a anunciar que quer o diálogo. O diálogo público, perante a imprensa, o rádio e a televisão, testemunhado e fiscalizado pelo acesso livre às galerias e dependências do Congresso Nacional.

Portanto, o diálogo sem a mordaca da censura, sem o General Nilton Cruz a tirar abusivamente os interlocutores dos ônibus e automóveis das cercanias de Brasília, ameaçados por

baionetas, metralhadoras, camburões, cães amestrados e pregos nas estradas. Afinal, Brasília é a Capital Política do País, e assim, deve primar e assegurar o direito essencial de ir e vir, não é as Malvinas para os arreganhos da força que acabam em desastre e vergonha.

Senhor Presidente do Congresso do Brasil: como é duro, perigoso e humilhante ser brasileiro num Brasil coagido por medidas coercitivas, atrabiliárias e do qual a cidadania foi banida. Chegamos da Candelária, a Catedral da participação popular na cidadania; chegamos do Anhangabaú, o vale do povo; chegamos, como maioria da Nação, para dialogar. Não chegamos como proprietário da verdade, mas com a humildade de quem a busca, esteja ela onde estiver, e quem se dispõe a dialogar há de ter propostas que, aceitas, são compromissos.

O País é o território, a nação é a história e a civilização, o povo é a Pátria. Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade. A Pátria é o povo, e o povo vencerá."

Sr. Presidente, trechos do histórico discurso proferido ontem, no Congresso Nacional, pelo Presidente do PMDB, Deputado Federal Ulisses Guimarães.

E queremos transmitir a nossa solidariedade ao Deputado Federal Hélio Duque, agredido ontem, no Congresso, por um soco, pelas costas, do agente federal Hélio Albuquerque e informar também, oitenta e sete agentes da Polícia Federal, estão infiltrados no Congresso Nacional, neste instante, onde estamos na fase dos debates. Já que existe noventa e cinco oradores inscritos e esses debates deverão se prolongar até a madrugada para após, termos a votação da Emenda Dante de Oliveira.

Outra informação, já que a censura impede que o grande público tome conhecimento — através do rádio e da televisão — o que realmente está acontecendo no País. Segundo informações que recebemos, quinhentos fuzileiros da Marinha realizam manobras no Porto de Paranaguá. Coincidentemente, no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, os fuzileiros da marinha realizam manobras!

E um ponto de indagação?

E o Sr. Aureliano Chaves? Onde anda o Sr. Aureliano Chaves? Até que setores do PMDB andaram a elogiar e a glorificar? Disse que era a favor das Diretas, mas está calado. Porque se tivesse uma posição firme e decidida a favor das Diretas, teria tido a hombridade, a moral e a decência de ter renunciado ao cargo de Vice-Presidente da República. Mas não o fez e agora está calado. E é preciso, e no meu pronunciamento de um mês atrás eu falei: "É preciso desmistificar alguns tigres de papel neste País".

O Sr. Aureliano Chaves, durante o período de mobilização, falava a favor das Diretas, mas agora ele voltou ao seu lugar de origem, ou seja, em cima de um alto muro — na verdade, onde sempre esteve. Não apenas Aureliano Chaves, mas também companheiros do PMDB, como o Senador Tancredo Neves e o Senador Afonso Alves de Camargo.

O que a Nação inteira se pergunta é o seguinte: se o General Figueiredo disse, na África, que ele é a favor das Diretas, muito embora a palavra do General Figueiredo não valha nada, porque, na verdade, não manda nada, é uma Junta Militar que governa o País, mas ele disse, num repente de lucidez, de um segundinho de lucidez, na África, que era a favor das Diretas.

Se o programa partidário do PDS prega eleições diretas, porque é que os Deputados e Senadores do

PDS não acompanham a tese do Presidente e não respeitam o seu próprio programa partidário? É uma pergunta que a Nação faz.

Em geral, os Deputados recebem e aceitam ordens e argumentos políticos, como agora ocorre com o Presidente Figueiredo, graças a Deus, porque voltou a trabalhar ou pelo menos está trabalhando pela primeira vez, recebendo, dia e noite, os Deputados Federais para uma lavagem cerebral no Palácio do Planalto ou na Granja do Torto, mas muitos políticos que tinham a posição das diretas refluíram, recuaram por serem covardes. E o Congresso está cheio de Joaquins Silvérios dos Reis!

E esses covardes, Deputados Federais e Senadores do PDS, que não têm hombridade, que não têm decência, não têm dignidade, não honram as calças que vestem, como é que esses covardes vão chegar em casa após a votação e explicar o que para a mulher e para os filhos?

Que votaram contra a Emenda aceitando os apelos patéticos daquele que não manda nada neste País, que é o General Presidente?

Com que cara esses covardes sem espinha, que vivem de côcoras, vão encarar a mulher e os filhos? Será que eles terão a coragem de voltar para casa após rejeitarem a Emenda Dante de Oliveira? É uma pergunta que a Nação também faz.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto a Liderança se concede mais tempo ao orador.

O SR. FIORI LUIZ — Mais um minuto e eu encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Por mais um minuto, continua com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — E agora o detalhe mais importante, Segundo os jornais, o Presidente Figueiredo ao receber em audiência, o Deputado Paulino Cícero disse ao mesmo: "Se a Emenda passar eu estou deposto. Não terei como segurar as Forças Armadas".

É este o General Presidente da mão estendida, do diálogo, da abertura política e da democracia, que foram engodos para a Nação, foram mentiras para a Nação. Na verdade, nesses últimos vinte anos nunca saímos da verdadeira ditadura militar nesse País.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi, pelo tempo restante da Liderança do PMDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu quero comunicar à Casa que, na manhã de hoje, a Bancada do PMDB reunida e por unanimidade, decidiu aprovar projeto de resolução que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, que prevê a sustação do processo criminal contra o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS.

Outrossim, entramos em contato com o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nobre Deputado Djalma de Almeida César, para que urgenciasse a convocação de uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça para ver se no dia de hoje o Parecer desta Comissão fosse possível, e já em data de amanhã, o Plenário pudesse aprovar esse projeto de resolução.

Também, foi por decisão da Bancada indicado o companheiro Deputado Edmar Costa para ser o relator

deste projeto.

Era, Sr. Presidente, a comunicação que a Liderança queria fazer aos Senhores Parlamentares de que a decisão foi tomada por unanimidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou apresentando à Casa um projeto de resolução que objetiva perenizar a data de hoje, 25 de abril. Realmente, a Nação, nos últimos meses, viveu em função do dia de hoje e o Congresso Nacional se transformou realmente no palco das atenções nacionais.

Nós, políticos parlamentares, estamos assistindo a importância que a nossa população está dando a este evento da votação da emenda das diretas pelo Congresso Nacional.

É, realmente uma data histórica. Seja porque, uns são favoráveis e, talvez, outros sejam contrários, mas, é um momento solene e verdadeiramente histórico da Nação brasileira.

O dia de hoje fará história. Aprovada ou rejeitada a emenda, evidentemente que nós teremos na lembrança, permanentemente esta data de 25 de abril.

Como nós temos datas importantes do 7 de setembro. 21 de abril; 15 de novembro; 19 de dezembro. Datas que traduzem a grande conquista de um povo ou talvez, a marca do sacrifício, da angústia, do sofrimento de um povo.

A data em que foi executado Tiradentes, foi realmente, um retrocesso no Brasil, porque, foi sacrificada a luta, a liberdade e o idealismo de um brasileiro. Mas, nem por isso ela deixou de ser consagrada na nossa história.

Nós estamos em pleno 25 de abril, mas não sabemos ainda, por questão de hora, se esta data será marcada com a "Revolução pelo voto, pela democracia pela liberdade, como foi a revolução portuguesa dos cravos vermelhos. A flor simbolizando a paz, a harmonia, a natureza, ou talvez, que ela seja de uma derrota, seja o espinho, o sofrimento, o retrocesso.

Mas, o 25 de abril ficará marcado indelevelmente, principalmente, na história do Poder Legislativo Nacional.

Estou apresentando, Sr. Presidente, um projeto de lei que procura denominar ao jardim que se constrói junto ao anexo da Assembléia Legislativa, "Jardim 25 de Abril".

Exatamente antes do desfecho desta votação, porque se for aprovada a emenda, serão as rosas e as flores que brotarão daquele jardim, que deverão brotar do adubo do idealismo, da independência, da soberania, deste Poder.

Mas, se for derrotada, será o jardim que trará a marca dos espinhos, da angústia, do sofrimento, do sangue, do suor, das lágrimas e da falta de competência e do arrocho policial que fez o cerco do Congresso Nacional e tirou uma decisão pela força, pela pressão e pela coação.

Por isso, Srs. Deputados e Sr. Presidente, é muito pouco para simbolizar, mas é o gesto de quem entende realmente, de que a data de hoje é muito importante para o Poder Legislativo.

Mesmo porque, Senhor Presidente, tenho em mãos um telex recebido pelo Dr. Otto Luiz Sponholz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná; do Secretário Geral da OAB brasileira, que comunica ter o Supremo Tribunal Federal, na manhã de hoje, ao apreciar o mandado de segurança impetrado pelo PMDB, através do grande jurista Sobral Pinto, na data de ontem, de que é competência da

Mesa do Senado Federal decidir se transmite ou não, através dos meios de comunicação de massa, rádio e televisão, a histórica sessão da votação da Emenda Dante de Oliveira. Ou seja, o supremo Poder Judiciário desta Nação não reconhece como legal, como válida, como constitucional, a medida de arbítrio, de prepotência, que as medidas de urgência censuraram, as comunicações via rádio e televisão, sobre o Congresso Nacional.

“Os Poderes devem ser harmônicos, independentes e soberanos”. Isto é o que diz a nossa Constituição.

O Supremo, ao reconhecer isto, na verdade nada mais fez do que interpretar o pedido formulado via mandato de seugrança impetrado ontem, por iniciativa do PMDB, e subscrito pela erudição e pela inatacável figura do grande Sobral Pinto.

Só espero que a Mesa do Congresso Nacional, presidida pelo Senador Dallás, tenha a visão histórica de não sonegar, aos milhões de brasileiros que desejam acompanhar o processo de votação, da discussão da Emenda Dante de Oliveira. Ela é muito importante, muito significativa para a nossa nacionalidade. Mas, principalmente, para a nossa Nação que procura, quer, deseja, está aflita e angustiada para que realmente comecemos a andar pelos caminhos da Democracia.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este 25 de abril marca, aqui no Paraná, um movimento de caráter ordeiro, de caráter cívico e pacifista. É a vigília cívica realizada, desde a noite de ontem, nas dependências do plenarinho da Assembléia Legislativa. Em que quase uma centena de entidades, lideradas pelo comitê suprapartidário, pela Campanha das Eleições Diretas, realizaram um ato extraordinário, suprapartidário, com este clamor cívico da paz, da esperança e do clamor, acreditando no Poder Legislativo. Não é sem outro objetivo que a vigília se realiza nas dependências do Poder Legislativo do Paraná. Porque, tivesse a população brasileira a liberdade de chegar ao Congresso Nacional, não estivesse a Capital Federal isolada por tropas policiais e militares, não haveria necessidade de a sociedade brasileira, em toda a extensão do território nacional, fazer esta demonstração de sua presença, presença espiritual junto aos congressistas.

O ato, que é mais simbólico, na verdade procura traduzir com pacifismo, com muita coragem e com toda a liberdade que o povo tem, de vir de público dizer de que realmente queremos um outro tipo de regime, queremos outra forma de governo no Brasil.

Por isto quero, em nome da Bancada do PMDB, nesta tarde e neste dia histórico para o Poder Legislativo, aqui nós, do Paraná e acredito todos os Srs. Deputados, saem hoje conscientes de que estamos vinculados profundamente com a nossa população do Paraná, porque aqui pudemos abrir, hospedar, albergar o povo paranaense, através das suas entidades nesta vigília cívica que começou ontem e que vai se estender pelo dia de hoje, até que se encerre a votação da Emenda Dante de Oliveira.

Meus parabéns, ao Poder Legislativo do Paraná, porque é um poder que não está afastado do povo, mas sente-se acima de tudo, comunga com o povo paranaense na grande esperança de que possamos através do Poder Legislativo, consubstanciar na Constituição da República este direito e este princípio lapidar de que o governo é o produto do consentimento dos governadores e que cabe a estes substituírem o Governo, quando o governo, como no caso presente brasileiro não atende mais às aspirações, aos anseios e às

reivindicações deste povo. Este princípio é o que nós queremos através de eleição direta marcar indelevelmente na Constituição, não com a força das armas, mas com a liberdade e adesão espontânea da população brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Por quinze minutos, falará o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Início este pronunciamento abordando a necessidade impostergável da manutenção da autonomia do Poder Legislativo e dentro desta necessidade, condeno deste tribuna, a omissão até hoje percebida do comportamento do PMDB com assento nesta Assembléia, em relação ao processo movido contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Pretendida, há algumas sessões passadas, quando citado nominalmente pelo Deputado Nilso Sguarezi, apartear o Líder do Governo, para afirmar a Sua Excelência e a todo este Poder, que não havia em nosso posicionamento divulgado pela imprensa nem o equívoco quanto à demora do PMDB que permitiu prosperasse a ação contra um Parlamentar da Assembléia Legislativa.

Como da mesma forma, julgo extremamente importante reconhecer a valia e a grandeza da iniciativa do Deputado Roberto Requião, que mesmo por vias transversas provocou uma decisão do seu partido, com assento nesta Casa, e o pronto acolhimento sobre a provocação deste ilustre jovem Parlamentar por parte do Presidente desta Assembléia e hoje vemos a mobilização dos Parlamentares para que o projeto de resolução seja discutido pela Comissão de Constituição e Justiça.

Queria fazer esta ressalva naquele momento em que falava o Deputado Nilso Sguarezi, invocando a doutrina, invocando a jurisprudência, invocando a lei, fazendo uma ginástica tortuosa para tentar justificar o esquecimento do seu partido, não para defender um Deputado individualmente, por mais companheiro que seja, de nossa bancada, e do nosso partido, mas para defender o Poder na sua integridade, da mesma forma como fizemos todos nós, maioria ontem nesta Casa, ao impedir um processo contra o ex-Deputado Fideleino Tolentino.

E quero registrar esta posição neste momento, para que nós acordemos definitivamente de que este é o momento, para que nós acordemos definitivamente de que este é o foro ideal para todas as nossas discussões e de que este é o local para que nós possamos confrontar todas as opiniões divergentes, e, para que possamos recolher desta confrontação uma média de opinião, mas, acima de tudo, uma opinião que engrandeça o Poder Legislativo; uma opinião que engrandeça todas aqueles que nós representamos.

Esta é a razão pela qual princípio este pronunciamento invocando as prerrogativas do Poder Legislativo, como da mesma forma, trago formalmente o que já o fiz em caráter pessoal, a solidariedade do Diretório Regional do Partido Democrático Social ao Deputado Luiz Alberto Oliveira. Como da mesma forma trago a solidariedade de um Deputado, e, agora não falo em nome do meu partido mas, em meu nome pessoal, a solidariedade ao Deputado Hélio Duque que ao ser atingido ontem como que estendeu aquela agressão

que sofreu, comunicou a todos nós, porque todos nós nos sentimos atingidos por aquele tapa, por aquele soco ou por aquela violência, mesmo que verbal contra este Parlamentar.

E hoje mais do que nunca, Senhores Deputados, o Brasil exige de todos em todas as esferas, um momento de uma profunda compreensão. Precisamos analisar detidamente qual é o quadro da política nacional; qual a composição do Congresso Nacional; quais as dificuldades que existem para que uma Emenda à Constituição seja aprovada ou rejeitada.

Sabemos que nenhum partido tem os dois terços do Congresso Nacional. Nem as Oposições somadas, nem o PDS unido.

Esta deve ser, portanto, uma hora de negociação extremamente séria, uma hora em que nós temos que abominar todas aqueles que fazem do radicalismo a porta para seu sucesso na política brasileira. Porque este radicalismo só tenderá a agravar lamentavelmente as emergências que hoje censuram e calam os meios de comunicação social deste País, ao mesmo tempo, tornando cegos aqueles que têm olhos que vêem; surdos aqueles que têm ouvidos que ouvem; mudos aqueles que têm boca que falam e, isto não interessa a nenhum de nós que com idealismo persegue o ideal democrático que é o único caminho para a afirmação da Nação e para a redenção econômica e social do povo brasileiro.

Esta é a conclamação que se pretende fazer nesta hora a todos que desarmem os seus espíritos, que pensem com a grandeza daqueles que com a visão de estadistas buscam o grande caminho que há de conduzir o País a uma solução pacífica para que evitemos a desgraça maior que eu tenho certeza, infelizmente, está a nos cercar.

Vejamos o comportamento dos Governadores do PMDB; o comportamento do Governador do PDT; vejamos a importância da alternativa no Poder; analisemos profundamente a importância das últimas eleições diretas para os Governos Estaduais e, vamos concluir que este equilíbrio ponderável que acontece hoje é, na verdade, o maior bem que ocorre para a democracia florescente no Brasil. Porque, se talvez, não este quadro político-partidário-administrativo e certamente nesta hora estaríamos vivendo o segundo tempo de outros tempos negros da história brasileira.

Como não queremos isto, como não queremos que ninguém se perpetue no Poder; nada é mais importante, neste momento, do que buscarmos a grande conciliação nacional que interessa ao PDS; que interessa ao PMDB; que interessa aos outros partidos, mas que, acima de tudo, interessa a este povo sofrido que enfrenta uma recessão econômica madrastra que tira o emprego, que tira o alimento, que tira a educação, que tira a roupa e, que acaba por roubar a dignidade do Ser Humano neste País.

A censura que aí está é lamentável; a censura que aí está, é um sério processo na abertura democrática brasileira; porque a imprensa, ao usar a sua liberdade, com todos os seus direitos, errando ou acertando, ela é fundamental; livre, para qualquer regime que pretenda ser democrático. E quando nas últimas horas, vemos a televisão, ouvimos as emissoras de rádio, e ficamos alheios aos acontecimentos nacionais, nós temos vontade de derramar lágrimas muito sentidas, porque são as lágrimas daqueles que não querem o País na escuridão, o País desinformado, o País despolitizado. E esse debate com respeito, sem os excessos verbais, esse debate que

há de passar por uma conversa profunda entre todos os homens públicos brasileiros, é a grande via para a conciliação nacional. Conciliação que não implica em barganha, conciliação que não implica em negociatas ou em negociações menores, porque a negociata nunca é menor e nem maior, ela é sempre ruim. Mas, queremos a negociação com base no entendimento a negociação com base no amor de cada um por esta Pátria e por este povo. E não é com radicalismo que nós vamos alcançar este estado ideal. O Congresso Nacional decide hoje soberanamente, o futuro de uma emenda à Constituição. Acredito sinceramente que lá, Deputados Federais e Senadores, sem a intimidação de quem quer que seja, hão de responder, com a convicção de sua consciência, qual seja o seu posicionamento em relação aos interesses maiores da Nação brasileira. E não me recuso ao direito e à obrigação de declarar o meu posicionamento, já de domínio público, em favor das eleições diretas, porque dizer em contrário, seria negar o meu terceiro mandato como Parlamentar. como dizer em contrário, seria negar a luta permanente desde os tempos da minha faculdade de Direito, em busca do Estado ideal para a Democracia deste País.

**O Sr. Gabriel Manoel** – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Sr. Deputado Aírton Cordeiro, nós como liderados por Vossa Excelência e por outros Líderes como o Sr Deputado Luiz Alberto Oliveira e por outros Vice-Líderes, ficamos encantados ao ver Vossa Excelência fazer um pronunciamento deste gabarito, com honestidade, com franqueza, com lealdade Vossa Excelência como Secretário de nosso partido. tem demonstrado uma fidelidade ao povo e ao seu partido, já esperada por nós.

Vossa Excelência discorre um assunto sério. um assunto grave; um assunto que toda a Nação brasileira está na expectativa.

Queria me parabenizar com Vossa Excelência. E queria dizer também aos homens das “Diretas, Já” que para eles as “Diretas” já era, que antes de perderem a batalha já estão procurando acertar, acertar com os cinco, seis, oito milhões de brasileiros que foram às ruas e hoje já se fala num acerto com o Governo.

Onde estão os homens das “diretas, já”. os homens que sabem que vão perder!

E nós, numa posição ao lado do povo, sabendo que é necessário uma eleição direta, mas não extrapolamos, não mentimos como Vossa Excelência está acabando de dizer.

E é por isso que orgulho-me e digo de público, que Vossa Excelência é um Líder que está despontando no PDS. e ao ouvir a sua corajosa manifestação e seu corajoso pronunciamento, receba os nossos parabéns, a admiração dos homens que não querem outra coisa a não ser o bem-estar do Paraná e de sua gente.

Que adianta, Deputado Aírton Cordeiro botar duzentas mil pessoas nas ruas, no Paraná, botar em São Paulo um milhão e meio de pessoas, e um milhão no Rio de Janeiro, fazendo uma farsa sob a égide de uma eleição direta, que é necessária e que nós estamos precisando, e depois, falar em conversação. falar em aderir, falar em dialogar, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta, e com raras exceções estes homens das eleições diretas já estão se entregando; o grande governador Tancredo Neves já fala hoje em diálogo com o Presidente da República.

Se eles tivessem se espelhado em Tiradentes, o grande Tiradentes, eles estariam na rinha, mas, já estão se entregando Sr. Deputado.

E digo-lhe mais uma vez: meus parabéns, e que esta frase desse Deputado da roça, sirva de exemplo, Sr. Deputado.

“Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta!”

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte do companheiro, Deputado Gabriel Manoel.

Só para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestando a minha solidariedade a todos aqueles que fazem dos meios de comunicação social, o seu meio de atividades profissional, o seu meio de trabalho, e da mesma forma com que condeno a censura imbecil aos meios de comunicação, quero condenar desta tribuna, o culto ao personalismo que se inicia e que se implanta no Paraná, hora é o Prefeito de Curitiba que vai fazer os comerciais na televisão, os comerciais da Prefeitura de Curitiba, e agora, em todos os cantos da cidade, não sabemos com que recursos financeiros; nós estamos constatando o culto à figura do Governador José Richa, logo ele que condenou durante tantos anos o culto à individualidade na vida política do Paraná.

Este amordaçamento imposto aos meios de comunicação, pelo poder econômico do Governo do Estado, como nunca o Paraná presenciou e tão grave quanto a censura que o Governo Federal, despoticamente impõe à Imprensa brasileira, porque mais grave do que a censura é a auto-censura provocada pelo dinheiro do povo, mal usado pelo Governo do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. JORGE MAIA FILHO — No restante do tempo, falará o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra, por doze minutos, o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero reportar-me ao embate natural e da competência que se estabelece entre esta Casa de Leis e o Poder Executivo Estadual. Mas, que, porém, não se restringiu a ambos os Poderes e encaminha-se, por vontade do Poder Executivo, ao envolvimento também do Poder Judiciário.

Mas, inicialmente, quero render aqui minha manifestação de respeito e aplauso ao eminente Líder da Bancada da Situação, Sr. Deputado Nilso Sguarezi que nos conta da opinião de seus Companheiros da Bancada em torno desse assunto e que envolveu o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira em processo junto ao Tribunal de Justiça.

Eu também destaco a intervenção do Sr. Deputado Luiz Alberto, também um dos Líderes de nossa bancada, que vem a esta tribuna e coloca sua indignação pessoal que por extensão é indignação de todos nós que compomos a Bancada do Partido Democrático Social ao ver que um integrante desta Casa se vê envolvido com ação na Justiça em virtude do desempenho de suas funções. À verdade é que o Deputado Luiz Alberto Oliveira, no exercício da Liderança da Oposição, nesta Casa, no desempenho de um papel que

não lhe cabe gostar, mas cabe-lhe cumprir, fez denúncia de irregularidade ocorrida em órgão da Administração Direta Estadual, entendendo tratar-se o caso em questão, de crime de peculato — o uso indevido de patrimônio público é prática que cabe ser fiscalizada, cabe ser denunciada por tantos quantos, no exercício da função parlamentar, tem como dever fazê-lo em favor dos interesses maiores da coletividade.

O referido Deputado em virtude dessa denúncia foi interpelado, foi prestar depoimento junto ao Tribunal de Justiça do Estado, quando era de se esperar que a apuração dos fatos denunciados, a nível de Poder Executivo, uma vez não confirmados, deveriam ser, nesse âmbito, devidamente encerrados. É lógico, com a necessária divulgação a respeito do ocorrido.

É papel do Poder Legislativo apontar eventuais irregularidades na prática do Governo, bem como é papel do Poder Executivo apurar os fatos denunciados, e corrigi-los, se for o caso.

No momento em que o Poder Executivo Estadual ganha legitimidade através do voto direto, é necessário que se exerça uma maior fiscalização no desempenho desse Governo, cuja ação fiscalizadora não pode se submeter aos limites e aos interesses das fronteiras partidárias.

Lembro aqui Montesquieu — “Espírito das Leis” — em que diz: “A experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado abusar dele; vai até onde encontre limites”. Prosseguindo, ainda adverte para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas o Poder freie o poder. É preciso, portanto, evitar-se que nos Governos legitimados pelo voto, acima de tudo, o grau de influência da tecnoburocracia, aumenta ainda mais configurando-se como o cérebro de um poder a que tudo pode, e contra o qual nada se opõe.

Reza a Constituição Federal em seu artigo 32, resultante da Emenda nº 22, “Os Deputados e Senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra”. Diz mais, em seu parágrafo 3.º: “Nos crimes comuns imputáveis a Deputados e Senadores, a Câmara respectiva; por maioria absoluta poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo”. E estes dispositivos são repetidos na Carta Magna do Estado, mais precisamente no seu artigo 12, e no parágrafo 3.º deste mesmo artigo.

Assim, a imunidade não se esgota na abrangência literal, mas, sim, como um direito que estes Diplomas consagram e conferem ao mandato, com o objetivo de proteger o Poder Legislativo, e circunstancialmente o detentor ocasional deste mesmo mandato.

Uma vez atingido o Deputado, no exercício pleno de seu mandato, atingir-se-á a instituição a qual, ele Deputado, integra e pertence. É bom lembrar, que o fortalecimento democrático e dependente da preservação, da imunidade constitucional, pois é indispensável salvaguardar os seus membros sob qualquer tipo de ameaça, que comprometa a sua livre atuação.

Nessa linha vale citar também, o comentário do jurista Temistocles Cavalcanti sobre Acórdão do Supremo Tribunal Federal, onde diz que, “a imunidade não cobre somente a atividade legislativa mas, o exercício do mandato popular, que se estende à fiscalização dos atos do Poder Público, ao emprego dos dinheiros públicos, do cumprimento das leis e a garantia dos direitos individuais”.

A imunidade é sem dúvida, o principal valor que



caracteriza a independência e que garante a soberania da representação popular no seio do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem a imunidade os excessos do Poder Executivo, deliberadamente ou não, de diferentes formas, de sedução ou intimidação exerceriam pressões sobre o Poder Legislativo prejudicando o Parlamentar de cumprir bem as suas funções com inteira liberdade de ação.

A Revista "Veja" em sua edição nº 815, da semana próxima passada, traz sob o título "Um Julgamento Injusto", artigo de autoria do Deputado Flávio Marçílio, em que comenta a respeito da baixa confiança depositada nos Parlamentares, e que mostra como o Poder Legislativo é pouco conhecido. Diz ainda: "O Presidente da Câmara dos Deputados que no quadro da divisão dos Poderes é comum chamar-se o Legislativo de Poder desarmado, numa tentativa de atribuir-lhe descrédito.

A verdade, no entanto, prossegue o articulista, é que a autoridade exercida pelo Legislativo, embora desarmado, decorre da força de sua representatividade mais expressiva, do que a de qualquer dos outros Poderes, pois, resultada diretamente de vontade popular".

Desta forma, há necessidade de submeter em casos desta natureza, como o que envolve o Líder da Oposição, nesta Casa, o poder como que um todo, ao julgamento, e jamais, porém, um dos seus membros isoladamente. A força e a significação do Poder Legislativo está justamente na representatividade popular de uma sociedade pluralista, sintetizada em sua expressão maior através do espírito e corpo da instituição. O risco de julgamento isolado de atos praticados no exercício de suas atribuições e na tentativa de cumprimento dessas atribuições nucleares do Poder Legislativo é ponto vulnerável que cabe a todos nós que integram esta Casa de Leis, independentemente de partidos políticos, não permitir recorrendo, inclusive, às defesas constitucionais em vigor. Não se pode perder a visão de que o fortalecimento da sociedade civil depende, também, simultaneamente do fortalecimento do Poder Legislativo, no conflito permanente de evitar o crescimento desenfreado do Estado, absorvente, e de tendências centralizadora e autoritária.

Devemos, portanto, como Deputados, mostrar ainda, como disse recentemente, que a palavra política que se faz ação no recinto dessa Casa tem atrás de si o timbre das multidões. É indispensável, portanto, que esta Assembléia Legislativa do Paraná, neste momento, faça uso das defesas constitucionais em favor do desempenho das funções parlamentares, imprescindíveis à própria independência e soberania do Poder Legislativo, acionando, por iniciativa da Mesa, os dispositivos de lei anteriormente referidos.

A verdade é que a resolução é uma forma que obriga a vontade desse Poder para neutralizar ações como a presente, que atingindo um dos presentes atinge

a instituição como um todo. O que é preciso agora, uma vez conhecida a opinião de ambas as Bancadas é que os integrantes deste Poder, e os integrantes competentes devem acelerar as providências indispensáveis para a conclusão do referido instrumento de resolução, interrompendo um processo que é banido contra o Líder da Oposição, nessa Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está encerrada a

Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando preferência da discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 01/84, constante do Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 01/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, e que dispõe sobre a aplicação das dotações da Assembléia Legislativa do Estado, na forma que especifica, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEL da C.C.J. e FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA da C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E

Art. 1º - As dotações da Assembléia Legislativa do Estado, atendendo as disposições do art. 9º, da Lei nº 7.772, de 13 de dezembro de 1983, serão aplicadas conforme a discriminação dos Anexos I, II e III, que integram esta resolução.

Art. 2º - A Comissão Executiva fica autorizada:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, servindo como recursos anulações de dotações e:

II - regulamentar as atividades administrativas para implementar às disposições desta resolução.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1983.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ANEXO I  
I - PESSOAL — 7.400.000

Em Cr\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	PESSOAL CIVIL	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	INATIVOS	PENSIONISTAS	SALÁRIO FAMÍLIA	TOTAL
a - Deputados	647.500					647.500
b - Funcionários ativos	3.876.500				18.000	3.894.580
c - Funcionários inativos			1.710.000		8.000	1.718.000
d - Pensionistas				420.000		420.000
e - Contratados	476.000					476.000
f - Obrigações Patronais		244.000				244.000
TOTAIS	5.0000.00	244.000	1.710.000	420.000	26.000	7.400.000

ANEXO II

2. OUTRAS DESPESAS CORRENTES — 3.550.000

Em Cr\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	MAT. CONS.	O. SERV. ENCARG.	D. E. ANT.	S. SOCIAL	A. F. EST.	AS. MED. H.	O. T. PES.	TOTAL
g - Gab. Parlamentares		2.000.000		290.000	5.000			2.295.000
h - Gab. Com. Executiva		25.400						25.400
i - Gab. Lideranças		5.200						5.200
j - Comis. Parlamentar		11.500						11.500
l - Diretoria Geral	2.000	1.500						3.500
m - Dir. de Serv. Especiais	45.000	45.000						90.000
n - Dir. da Consultoria	2.000	3.000						5.000
o - Dir. de Pessoal	20.000	40.000						60.000
p - Dir. Financeira	2.000	500						2.500
q - Dir. de A. Técnica	2.000	500						2.500
r - Dir. Administrativa	15.000	5.000						20.000
s - Dir. Legislativa	4.000	2.000						6.000
t - Dir. de Assist. Plenário	3.000	1.000						4.000
u - Cabenfafe						60.000		60.000
v - Adm. Geral ALEP	105.000	849.400	2.000				3.000	959.400
TOTAIS	200.000	2.990.000	2.000	290.000	5.000	60.000	3.000	3.550.000

ANEXO III

3. CAPITAL — 1.550.000

Em Cr\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	OBRAS E INSTALAÇÕES	EQUIP. MAT. PERMANENTE	TOTAL
1 - Diretoria Geral		3.000	3.000
m - Dir. de Serviços Especiais		10.000	10.000
n - Dir. da Consultoria		3.500	3.500
o - Dir. de Pessoal		15.000	15.000
p - Dir. Financeira		3.000	3.000
q - Dir. de Apoio Técnico		4.500	4.500
r - Dir. Administrativa		8.000	8.000
s - Dir. Legislativa		3.000	3.000
t - Dir. de Assist. Plenário		3.000	3.000
v - Adm. Geral da ALEP		47.000	47.000
x - EMOPAR	1.450.000		1.450.000
TOTAIS	1.450.000	100.000	1.550.000